

Senado volta a discutir emenda que garante verbas para a saúde

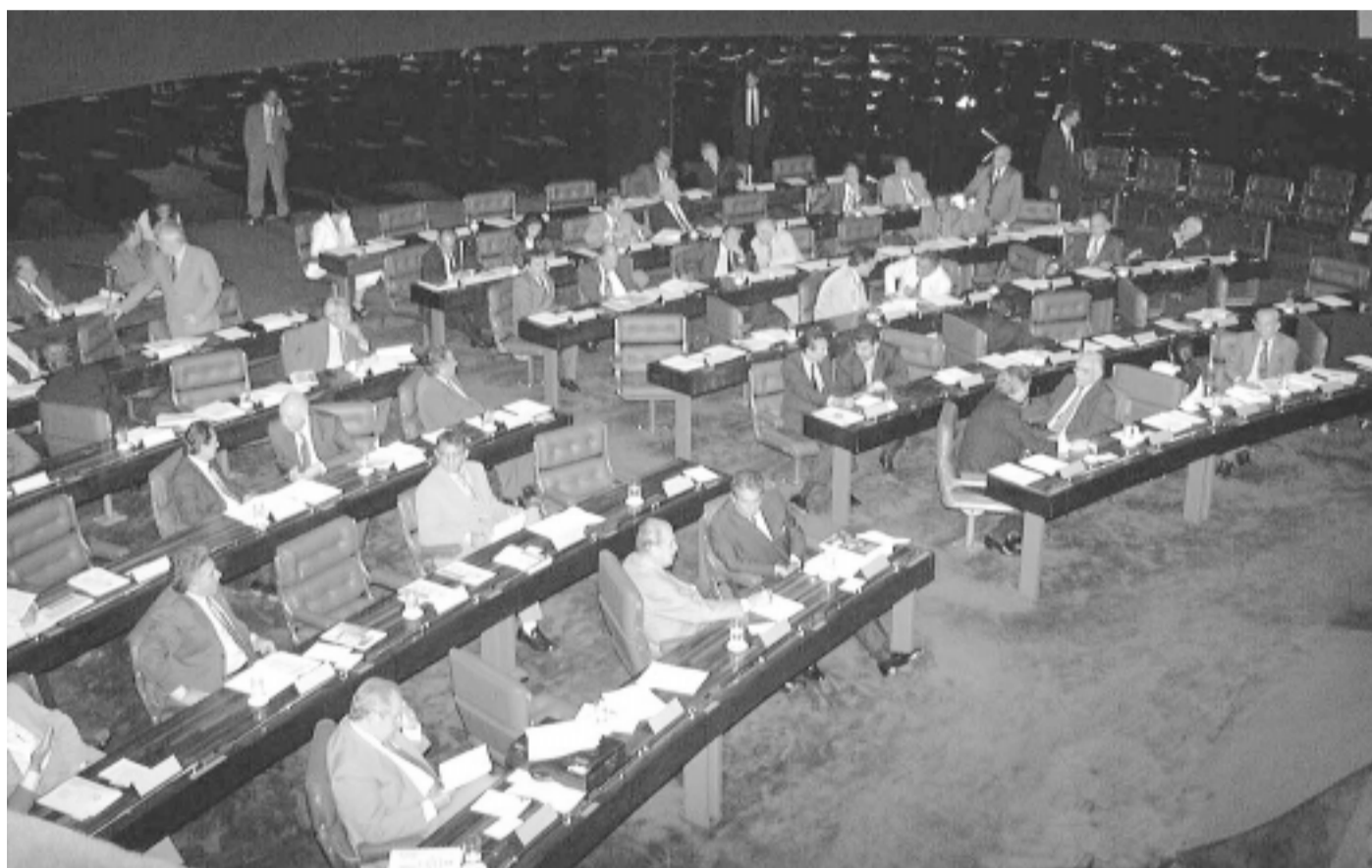
Proposta fixa limites percentuais mínimos para as despesas que devem ser feitas no SUS pelo governo federal e pelos estados e municípios

BLECAUTE

Oposição quer ouvir ministro sobre corte de energia

O bloco oposicionista vai requerer a presença do ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, no Senado Federal. O objetivo, segundo anunciou o senador Eduardo Suplicy, é conhecer as causas do blecaute ocorrido na noite da última quinta-feira. Suplicy suspeita que o governo está, na área elétrica, mais preocupado em realizar "negócios" do que em prestar bons serviços à população.

PÁGINA 5



Os senadores também irão debater nesta semana a emenda constitucional que institui os juizados de pequenas causas na Justiça Federal

O plenário do Senado começa a debater na quinta-feira, em segundo turno, a proposta de emenda constitucional que obriga a União a destinar ao Sistema Único de Saúde (SUS) pelo menos 30% do orçamento da seguridade social. Pela proposta, do senador Antonio Carlos Valadares, estados e municípi-

os terão, respectivamente, de aplicar no SUS no mínimo 12% e 10% de suas receitas. Na votação do primeiro turno, no final do ano passado, a matéria foi aprovada por unanimidade pelos senadores. Ainda nesta semana, o plenário discutirá a emenda que cria os juizados de pequenas causas na Justiça Federal.

PÁGINA 2

AGRICULTURA

Parlamentares cobram maior atenção à produção de alimentos

A falta de investimentos na agricultura nacional provocou grande debate na sessão da última sexta-feira. Criticando a "ótica monetarista" do governo, o senador Ramez Tebet afirmou que o país poderia rapidamente triplicar a produção agrícola "se houvesse melhor gerenciamento dos recursos governamentais". Vários parlamentares encamparam as palavras

de Tebet, em especial no que se refere à condenação aos altos juros dos financiamentos rurais.

O senador Leomar Quintanilha citou o exemplo de recursos emprestados pelo Japão a juros de 2,75% ao ano, mas que custam aos produtores taxas anuais de 24%. "Não consigo entender essa aritmética", disse ele.



Ramez Tebet pediu "melhor gerenciamento" dos recursos públicos



Leomar Quintanilha criticou os altos juros impostos ao produtor

PÁGINA 3

Senado discute, em segundo turno, novo modelo para saúde

Proposta de emenda constitucional determina percentuais da receita que municípios, estados e União terão de aplicar no SUS

O Senado começará a discutir na quinta-feira (dia 18), para votação em segundo turno, a proposta de emenda constitucional que irá garantir verbas para os hospitais e clínicas que atendem gratuitamente em todo o país. A votação está marcada para o próximo dia 24.

O projeto determina que o município terá de aplicar no mínimo 10% de suas receitas no Sistema Único de Saúde (SUS), que repassa dinheiro a todos os hospitais estaduais, municipais e conveniados para atendimento público. A exigência para os estados será de 12% do total das receitas, enquanto a União ficará obri-

gada a destinar ao SUS 30% do orçamento da seguridade social.

CONSTITUIÇÃO

Apresentada pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a proposta foi aprovada por unanimidade no plenário, no início de dezembro do ano passado, e agora irá à votação de segundo turno. Se aprovada, será ainda analisada pelos deputados federais. Ao justificar seu projeto, Valadares lembra que a Constituição diz que o SUS deve ser mantido pelos três níveis de governo, mas não determina qualquer percentual de receitas para isso.

Os senadores discutirão ainda nesta semana outra importante mudança na Constituição. Começa amanhã a análise, para última votação, da proposta de emenda que cria os juizados especiais na Justiça Federal, conhecidos por juizados de pequenas causas. A votação está marcada para quinta-feira (dia 18).

Se aprovada, esta emenda será promulgada em seguida pelas mesas do Senado e da Câmara, entrando em vigor assim que for publicada no *Diário Oficial*. Para que funcionem, entretanto, os juizados dependem de uma lei que regulamente seu funcionamento.

CAE examina amanhã operações internacionais

Em reunião marcada para amanhã, a partir das 10 horas, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), analisará pauta de quatro itens, dos quais três mensagens do presidente da República solicitando autorização para a União contrair empréstimos internacionais que totalizam US\$ 279 milhões. Os financiamentos deverão ser contratados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird).

Uma das mensagens pede autorização para contratar operação destinada ao Programa de Melho-



A CAE analisará, também, compensação financeira a estados e municípios com usina nuclear

ramento de Bairros.

Outra mensagem, a de nº 67/99, solicita aprovação a empréstimo destinado ao Programa de Apoio ao Fundo Nacional do Meio Ambiente.

A CAE também apreciará mensagem que pede autorização para operação de crédito externo destinada ao Programa de Apoio à Re-

forma de Sistemas Estaduais de Previdência (Parsep).

Na mesma reunião, a CAE analisa substitutivo do relator, senador José Fogaça (PMDB-RS), ao Projeto de Lei da Câmara nº 1/96, que institui uma compensação financeira para estados e municípios que mantêm usinas nucleares instaladas em seu território.

CCJ sabatará procurador indicado ao STJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN), reúne-se em audiência pública na quarta-feira, às 10h, para sabatar o procurador Hamilton Carvalhido e analisar sua indicação para o Superior Tribunal de Justiça,

em vaga destinada a membro do Ministério Público, e decorrente da aposentadoria do ministro José Fernandes Dantas. A matéria tem como relator o senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

De acordo com a mensagem encaminhada pelo presidente da

República, Hamilton Carvalhido é membro do Ministério Público do estado do Rio de Janeiro, procurador-geral de justiça eleito para os biênios 95/97 e 97/99 e presidente eleito do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça do Brasil.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 15 DE MARÇO DE 1999

PLENÁRIO
▶ 14h30 - Sessão não deliberativa
PREVISÃO DA SEMANA
PLENÁRIO
Terça-feira (16.3.99)
▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária Pauta: Primeiro dia de discussão, em segundo turno, da *PEC nº 1/99, que acrescenta parágrafo único ao art. 98 e altera as alíneas "i" do inciso I do art. 102 e "c" do inciso I do art. 105 da Constituição federal (criação de juizados especiais federais); *PDL nº 26/98, que aprova o ato que renova a permissão à Rádio Barriga Verde Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Florianópolis (SC); e *PDL nº 29/98, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Sertão Central Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Senador Pompeu (CE).
Quarta-feira (17.3.99)
▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária Pauta: Segundo dia de discussão, em segundo turno, da *PEC nº 1/99, que acrescenta parágrafo único ao art. 98 e altera as alíneas "i" do inciso I do art. 102 e "c" do inciso I do art. 105 da Constituição federal (criação de juizados especiais federais); *PDL nº 31/98, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e Televisão Tapajós Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santarém (PA); *PDL nº 34/98, que aprova o ato que renova a concessão deferida à Fundação Padre Anchieta - Centro Paulista de Rádio e TV Educativas para explorar serviço de radiodifusão educativa de sons e imagens na cidade de São Paulo (SP); *Parecer nº 96/99, sobre a Mensagem nº 59/99 (nº 124/99, na origem), pela qual o presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do senhor Amauri Serralvo para exercer o cargo de procurador-geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade); *Parecer nº 97/99, sobre a Mensagem nº 60/99, pela qual o presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do senhor João Bosco Leopoldino da Fonseca para exercer o cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade); e *Parecer nº 98/99, sobre a Mensagem nº 64/99 (nº 150/99, na origem), pela qual o presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do senhor Walton Alencar Rodrigues para exercer o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União.
Quinta-feira (18.3.99)
▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária Pauta: Terceiro e último dia de discussão, em segundo turno, da *PEC nº 1/99, que acrescenta parágrafo único ao art. 98 e altera as alíneas "i" do inciso I do art. 102 e "c" do inciso I do art. 105 da Constituição federal (criação de juizados especiais federais); e primeiro dia de discussão, em segundo turno, do substitutivo à *PEC nº 19/97, que altera os arts. 34, inciso VII, alínea "e", 35, inciso III, 167, inciso IV, e 198, da Constituição federal, que dispõem sobre a destinação de recursos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para a implementação, funcionamento e gestão do Sistema Único de Saúde.
Sexta-feira (19.3.99)
▶ 9h - Sessão não deliberativa
COMISSÕES
Terça-feira (16.3.99)
▶ 10h - Comissão de Assuntos Econômicos Pauta: *Mensagem nº 276/98, que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 5 milhões, entre o Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), destinada ao financiamento parcial do Programa de Apoio à Reforma de Sistemas Estaduais de Previdência (Parsep); *Mensagem nº 67/99, que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 24 milhões, entre o Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinado ao financiamento do Programa de Apoio ao Fundo Nacional do Meio Ambiente - Fase II - 1ª Etapa; *PLC nº 1/96, que institui para os estados, Distrito Federal e municípios compensação financeira pela geração de energia elétrica em centrais nucleares; e *Mensagem nº 68/99, que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 250 milhões, entre o Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinada ao financiamento do Programa de Melhoramento de Bairros (Habitar-Brasil). <i>Ala Senador Alexandre Costa - sala 19</i>
Quarta-feira (17.3.99)
▶ 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Pauta: *Mensagem nº 65/99, que submete à aprovação do Senado Federal a escolha que deseja fazer do senhor Hamilton Carvalhido para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo destinado a membro do Ministério Público, na vaga decorrente da aposentadoria do ministro José Fernandes Dantas. <i>Ala Senador Alexandre Costa - sala 5</i>
ESPECIAL
Quarta-feira (17.3.99)
▶ 12h - Cultura ao Meio-Dia Filme: <i>Elisa, Minha Vida (Elisa, Vida Mia)</i> , de Carlos Saura. <i>Auditório Petrônio Portella</i>

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade
Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



José Roberto Arruda propôs que multinacionais promovam investimentos na área social

Arruda estimula criação de parceria pela reforma agrária

A recente assinatura de contrato entre a Coca-Cola e o governo federal com o objetivo de incentivar a produção em um assentamento de trabalhadores rurais é, na opinião do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), um exemplo de como o setor público e o privado podem trabalhar juntos para promover a reforma agrária no Brasil.

– Espero um dia poder abrir o jornal e, em vez de ver uma longa reportagem sobre as dificuldades dos sem-terra, encontrar uma matéria sobre como a sociedade brasileira está encontrando soluções criativas, com parcerias entre Estado e setor produtivo, para combater o problema fundiário – afirmou o senador, na sexta-feira, em plenário.

Arruda recordou sua participação no acordo firmado entre a empresa de bebidas e o Ministério da Reforma Agrária. Durante inauguração de uma nova fábrica da Coca-Cola no Rio de Janeiro, ele provocou o presidente da Coca-Cola, ao dizer que empresas multinacionais deveriam pensar alguma forma de investir no plano social nos países mais pobres onde estão instaladas.

Segundo Arruda, a provocação surtiu efeito. Foi assim, continuou, que surgiu o contrato assinado esta semana entre a Coca-Cola e o presidente da República. De acordo com o projeto apresentado, num prazo de dez anos, a empresa irá adquirir o açúcar produzido pelos trabalhadores de um assentamento de 100 famílias no Amazonas pagando 10% a mais pelo produto.

Em aparte, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) parabenizou a participação de Arruda na assinatura do acordo e revelou que, em contato com dirigente da Coca-Cola, manifestou sua preocupação quanto às terras escolhidas para plantio.

Tebet vê no campo caminho para o país superar a crise

Produção agrícola poderia alcançar 240 milhões de toneladas anuais, prevê o senador, com “melhor gerenciamento dos recursos governamentais”

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) defendeu maior ênfase à produção agropecuária como a maneira certa para o Brasil sair da crise. “O governo precisa abandonar a ótica monetarista e concentrar esforços na vocação agrícola do país. Estamos patinando na faixa de 70 a 80 milhões de toneladas anuais de grãos, há mais de uma década, mas podemos chegar a 240 milhões de toneladas por ano, em pouco tempo, se houver melhor gerenciamento dos recursos governamentais”, garantiu.

Tebet lembrou o exemplo da Argentina que, há quatro anos, tinha uma produção anual de 30 milhões de toneladas e hoje colhe 60 milhões de toneladas. “Temos, dentro do Brasil, quatro Argentinias em áreas agricultáveis, portanto não é absurdo se falar em 240 milhões de toneladas de grãos, desde que os recursos do Banco do Brasil e do BNDES possam ser direcionados para a agricultura, em condições de chegar, sem burocracia, até o pequeno e médio produtor.”

Para Tebet, é um absurdo que os recursos do BNDES fiquem circunscritos às regiões Sul e Sudeste, por não haver agências do banco nas re-



Ramez Tebet lembrou que Argentina dobrou sua produção em quatro anos

giões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. “Na semana passada, aqui no Senado, aprovamos empréstimo de US\$ 1,1 bilhão de dólares para o banco e posso garantir que esse dinheiro não chegará até os agricultores de meu estado, o Mato Grosso do Sul. A solução pode ser a fusão do BNDES com o Banco do Brasil ou, pelo menos, um convênio entre os dois para atendimento do Brasil inteiro.”

Em aparte, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) disse que falta “indignação” dos políticos do Centro-Oeste para exigir mais verbas do governo federal. Também em apar-

te, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) concordou com os dois, argumentando que os R\$ 30 bilhões dedicados ao Proer (programa de socorro aos bancos) seriam suficientes para mais do que dobrar a produção agrícola do país, num só ano.

Na opinião do senador Jefferson Péres (PDT-AM), o governo tem os instrumentos para fomentar a agropecuária, mas faltam políticas públicas para sua utilização adequada. “Estou desarquivando um projeto do ex-senador Beni Veras exigindo a aplicação de percentuais mínimos dos recursos do BNDES na Amazônia e no Nordeste, justamente para corrigir o desbalanceamento da aplicação dos recursos do banco que, hoje, se concentram no Sul, Sudeste e beneficiam primordialmente a indústria e os grandes produtores.”

Ao finalizar seu pronunciamento, Tebet solicitou que Jefferson incluisse todos os estados da região Centro-Oeste em seu projeto, pedido prontamente atendido pelo senador pelo Amazonas, que lembrou serem os US\$ 18 bilhões do BNDES, aplicados em 1999, uma quantia superior às verbas anuais de que dispõe o Banco Mundial (Bird).



Cândido acredita que proposta beneficiaria os proprietários de terras improdutivas

Geraldo Cândido considera o Banco da Terra “falsa solução”

A criação do Banco da Terra e a municipalização da reforma agrária, com a transformação do Incra em agência reguladora, são os eixos da chamada “reforma agrária de mercado”, defendida pelo governo e contestada pelo senador Geraldo Cândido (PT-RJ). Para ele, esta é “uma falsa solução para a questão agrária brasileira”.

A utilização da lei agrária vigente permitiria desapropriar mais de 100 milhões de hectares, beneficiando mais de 8 milhões de famílias, disse. Cerca de 120 milhões de hectares de áreas próprias para a atividade agropecuária estão ociosos, assinalou o senador, enquanto há 4,9 milhões de famílias carentes de terras.

– Esse grau de ociosidade constitui mais uma seqüela do elevado grau de concentração da posse e do uso da terra no país – disse Cândido.

A estratégia para a reforma agrária, baseada em proposta formulada pelo Banco Mundial, foi montada, segundo o senador, porque o governo não conseguiu desmoralizar o Movimento dos Sem-Terra, um movimento que ganhou credibilidade junto à sociedade brasileira.

– Os únicos setores da sociedade que apóiam este projeto do Banco Mundial e do atual governo são relacionados ao latifúndio e ao patronato rural. Já as entidades que lutam pela reforma agrária são contrárias ao Banco da Terra – afirmou.

Segundo essas entidades, a proposta do Banco da Terra seria uma forma de o poder público abdicar da condução da reforma agrária em prol de um sistema de compra e venda que só distribuirá terra se o dono quiser vendê-la. Ao substituir a desapropriação, o banco premiaria os donos de terras ociosas, pois, ao invés de receberem títulos da dívida agrária, a serem liquidados em 20 anos, passariam a receber dinheiro, à vista, pelas terras vendidas.

Agricultura merece mais atenção do governo, afirma Quintanilha

Experiências de sucesso na agricultura em curso no país são, na visão do senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), prova de que o setor merece maior apoio e atenção na política econômica do governo federal. Em discurso na sexta-feira, o senador recordou a visita do presidente Fernando Henrique Cardoso a Formoso do Araguaia, no Tocantins, para demonstrar a viabilidade da produção agrícola.

– Espero que o presidente possa transmitir à sua equipe econômica a alegria que senti durante a visita. Não há saída para o Brasil a não ser no estímulo à agricultura – afirmou Quintanilha.

Segundo o senador, no Tocantins, o presidente pôde sentir o vigor do setor primário nacional, que gera emprego e renda e transmite a esperança de um país melhor. De acordo com Quintanilha, o Projeto Rio Formoso, onde esteve Fernando Henrique, aproveita uma região privilegiada do país, às margens do rio Araguaia,

onde a plantação utiliza as várzeas irrigáveis e tecnologia avançada, alcançando a produtividade de 5.400 quilogramas de grãos por hectare, “uma das maiores do país”.

– Espero que o exemplo que nos dão os produtores que integram a Cooperativa dos Produtores do Vale do Javaés possa sensibilizar a equipe econômica do governo a apoiar a agricultura como forma de buscar o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico do Brasil – declarou.

Quintanilha se disse triste pelo anúncio de medidas que facilitarão a importação de alimentos, justamente no momento em que a agricultura tem condições de ressurgir e dar uma contribuição para a melhoria da economia do país e para a redução do desemprego. Para ele, assim, o governo acaba por estimular a agricultura já subsidiada de outros países.

O senador denunciou também as altas taxas de juros que estariam inviabilizando projeto de parceria en-



Quintanilha lamentou o anúncio de medidas destinadas a facilitar importação de alimentos

tre o Brasil e o Japão em seu estado. Os recursos da parcela do Japão, disse Quintanilha, são tomados a juros de 2,75% ao ano, mas os produtores têm que arcar com taxas anuais que passam de 24%.

– Não consigo entender essa aritmética. Essas condições financeiras jogam por terra o entusiasmo do produtor – reclamou o senador pelo Tocantins.

Suplicy pede imposto sobre transações internacionais

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) propôs na sexta-feira a adoção do Imposto Tobin, que incidiria sobre as transações financeiras internacionais, com o propósito de proteger os mercados contra a ação predadora dos capitais especulativos. A taxação foi sugerida em 1972 pelo professor James Tobin, da Universidade de Princeton, Estados Unidos.

A idéia de Tobin seria "inibir os movimentos desestabilizadores dos capitais de curto prazo sem prejudicar o movimento do comércio internacional e dos investimentos de capital de longo prazo". A imagem utilizada pelo próprio autor da proposta, citada por Suplicy, é a de "colocar um pouco de areia nas transações financeiras internacionais".

Conforme Suplicy, o economista defende que a alíquota desse imposto internacional não ultrapasse 0,25%. O exemplo de Tobin mencionado pelo senador é de que "um imposto de 0,2% sobre uma transação financeira, uma viagem de ida e volta para outra moeda, custaria 48% ao ano se realizada todo dia útil do ano, 10% se toda semana, 2,4% se todo mês. Mas seria uma taxa trivial sobre o comércio de mercadorias ou os investimentos de longo prazo".

O senador lembrou que a proposta foi defendida com firmeza pelo presidente da França, François Mitterrand, e pelos primeiros-ministros da Dinamarca e do Canadá, durante a cúpula social da Organização das Nações Unidas (ONU), em março de 1995. O presidente Fernando Henrique Cardoso também posicionou-se a favor da iniciativa, durante a Cúpula Ibero-Americana, em outubro de 1998.

Suplicy sugeriu ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, e ao presidente do Banco Central, Arminio Fraga, que, durante visita que fazem a autoridades financeiras na Europa, Estados Unidos e Japão, aproveitem para "dialogar com pessoas iluminadas como o professor James Tobin".

– Não apenas sobre o Imposto Tobin, mas também sobre diversas outras contribuições que ele tem dado a temas relevantes para o Brasil, como a questão dos regimes cambiais, controle dos movimentos internacionais de capitais em âmbito nacional, condução das políticas monetária e fiscal e a implementação de um programa eficaz de erradicação da pobreza por meio de um imposto de renda negativo – afirmou o senador.

Jefferson propõe reforma do Judiciário

Senador quer ouvir advogado sobre distorções que envolvem o pagamento de precatórios e cita o estado de São Paulo como campeão em atrasos no resgate dessas ordens judiciais

Ao defender a necessidade de uma "ampla e profunda reforma do Poder Judiciário", o senador Jefferson Péres (PDT-AM) apresentou à Mesa do Senado, na sexta-feira, requerimento convidando o diretor da Associação Brasileira de Advogados dos Credores da Administração Pública (Abracap), Flávio José de Souza Brando, a prestar informações na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre as distorções que envolvem o pagamento dos precatórios no Brasil, especialmente no estado de São Paulo.

Segundo o autor do requerimento, sua iniciativa partiu da leitura de reportagem publicada pela revista *Carta Capital* desta quinzena, sob o título "Precatórios: devo, logo nego!" "A reportagem, que traz uma esclarecedora entrevista com o dr. Flávio – disse Jefferson –, retrata em cores sombrias o descaso, o desrespeito, eu diria mesmo o deboche com que são tratados os três pilares da consciência democrática nacional, a saber, a Constituição, a Justiça e a cidadania".

O senador pelo Amazonas destacou um trecho da matéria da *Carta Capital* no qual o jornalista Daniel Japiassu mostra como a administração pública estadual paulista internalizou os piores vícios da "cultura do calote". Enquanto o empresário Antônio João Abdalla Filho, que, em 1988, tivera um terreno desapropriado, passou a receber os R\$ 257 milhões devidos pelo estado há cerca de dois anos, graças a acordo com o governo Mário Covas, o tratamento dispensado aos mais humildes é outro, protestou Jefferson Péres.

INDENIZAÇÃO

O senador citou o exemplo de uma senhora de 72 anos, que, segundo a reportagem, tenta inutilmente desde 1971 obter indenização por seu pedaço de terra no litoral norte de São Paulo, quando da construção da rodovia Rio-Santos. Depois de descrever toda a tramitação do processo, "que transbordou dos limites da esfera judiciária paulista para comprometer a credibilidade da mais alta corte de justiça do país em um chocante jogo de empurra", Jefferson acres-



Jefferson vê deboche no tratamento da Constituição, da Justiça e da cidadania

centou:

– Esse é o único processo de intervenção federal em São Paulo que está pronto para ser julgado de um total de 522; os outros 521 dormitam em gavetas e escaninhos diversos da burocracia judiciária paulista.

Em sua denúncia, o senador destacou que, com mais de R\$ 10 bilhões em precatórios atrasados, "São Paulo detém, de longe, o triste campeonato nacional quanto a esses pedidos de intervenção". Se-

guem-se, segundo ele, o Paraná, com 10, o Rio Grande do Sul, com sete, o Rio de Janeiro, com seis, a Bahia, com quatro, e Minas Gerais, com dois.

Investigando as causas dessa "arrogante postura do governo paulista", Jefferson relatou que, de acordo com a reportagem, "fontes do STF alegam que o tribunal não encaminhará ao Palácio do Planalto processo de intervenção em São Paulo simplesmente porque o governo federal não o acataria, humilhando, assim, nossa máxima corte".

Em apartes, os senadores Amir Lando (PMDB-RO) e Heloísa Helena (PT-AL) manifestaram sua concordância quanto à necessidade da realização de uma reforma ampla no Poder Judiciário, conforme defendeu Jefferson Péres. Enquanto a senadora por Alagoas reforçou a necessidade de que o Congresso crie as condições para que seja realizado um verdadeiro debate sobre o tema, quando se evitariam "acusações gratuitas, como tem acontecido", Lando enfatizou as deficiências e limitações da Justiça brasileira.

Desemprego de 160 mil no Distrito Federal preocupa Luiz Estevão

O Distrito Federal tem 160 mil desempregados e enfrenta uma situação socioeconômica preocupante, devido ao crescimento demográfico descontrolado e à falta de estrutura para oferecer à população, alertou na sexta-feira, em discurso no plenário, o senador Luiz Estevão (PMDB-DF).

– Brasília foi construída para ser o centro administrativo do país, mas o futuro da cidade é o de ser uma síntese da miséria e desesperança do povo brasileiro – disse.

Para o senador, somente o fortalecimento da agricultura poderá fixar o homem no campo, evitando que famílias deixem seu estado de origem à procura "de um eldorado que não existe" nem em Brasília nem nos grandes centros urbanos do país.

O crescimento demográfico de Brasília, segundo Luiz Estevão, é de 2,5% ao ano, o que representa o dobro da média nacional. Citando o jornal *Correio Braziliense*, o senador informou que 8.500 trabalhadores perderam o emprego no Distrito Federal nos meses de janeiro e fevereiro. A taxa de desemprego, acrescentou, já é de 20% no DF



Estevão teme que Brasília se transforme numa "síntese da miséria e da desesperança"

O senador apontou como principais causas desses problemas a crise econômica e as medidas que vêm sendo adotadas pelo governo, como as altas taxas de juros, que provocam a queda no consumo e encolhem o recolhimento de tributos. Ele indicou ainda as medidas do governo que estão prejudicando os servidores públicos, sem reajuste salarial há quatro anos, e que são responsáveis por uma fatia de 65% do mercado de consumo no Distrito Federal.

– Além dos cortes injustos na área social, novamente os servidores públicos são vitimados com as

medidas anunciadas pelo governo, o que é uma visão equivocada do problema. A dívida interna cresceu de US\$ 66 bilhões para US\$ 414 bilhões devido à política de juros – afirmou.

Em aparte, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) associou o crescente desemprego no DF ao aumento das migrações para a capital. "Hordas de famintos que poderiam estar produzindo no campo acorrem para Brasília", disse.

Luiz Estevão observou que a situação da região do Entorno é ainda pior, pois apresenta crescimento demográfico mais acelerado. "Brasília não é apenas os 350 mil habitantes do Plano Piloto, não houve planejamento para gerar riqueza e desenvolvimento para toda sua população", observou.

A solução, apontou o senador, está no fortalecimento da agricultura. Ele prometeu apoiar, juntamente com os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS) e Jefferson Péres (PDT-AM), projeto para regionalizar os investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Quintanilha cobra mais atenção ao esporte

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) reivindicou na sexta-feira mais atenção do governo para o esporte e o turismo. "São duas atividades que podem dar grande contribuição ao equilíbrio da sociedade. O esporte desenvolve a cidadania enquanto o turismo gera riquezas e até divisas estrangeiras", enfatizou.

Quintanilha lembrou o discurso de posse do ministro do Esporte e Turismo, Rafael Grecca, em que ele demonstrou sua grande fé no Brasil e nos brasileiros, pregando o desenvolvimento dessas duas atividades para a melhoria do nível de renda e de qualidade de vida no país. "O discurso é tão otimista que gostaria que fosse registrado nos Anais da Casa, demonstrando que existem saídas para a crise", concluiu o senador pelo Tocantins.

Oposição pretende ouvir ministro sobre o blecaute

Ao solicitar a presença do Rodolpho Tourinho, Eduardo Suplicy lembrou que autoridades não sabiam explicar até sexta-feira causas da falta de energia

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou na sexta-feira que o Bloco Oposição irá apresentar requerimento solicitando a presença do ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, no Senado Federal, para explicar as causas do "maior blecaute desde 1985 no Brasil", ocorrido na noite de quinta-feira. A falta de energia elétrica, segundo o senador, atingiu, entre outros, os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além de ter tido conseqüências até no Paraguai.

Suplicy salientou que, um dia depois de o problema ter acontecido, nenhuma autoridade brasileira da área de energia sabia explicar suas causas. O senador lançou a suspeita de que o governo brasileiro esteja mais preocupado com os negócios que se realizam no sistema de eletricidade brasileira



Suplicy vê governo mais preocupado com negócios do setor de eletricidade

leiro do que com sua "responsabilidade em garantir a continuação da prestação do serviço público com o fornecimento de energia para toda a atividade econômica".

Para fundamentar sua hipótese, Suplicy leu artigo publicado pela imprensa que destaca a su-

bida das ações da empresa LightPar nas bolsas de valores. Em um dia, subiu 42%. Em treze pregões, a alta foi de 928,5%. Relatou o senador que isso ocorreu em conseqüência da decisão da Eletrobrás de garantir à LightPar 49% de uma *joint venture* que terá direito de uso das linhas de transmissão de energia. A notícia afirma que "o que permanece obscuro é por que os sócios privados da LightPar receberam este presente".

Em aparte, a senadora Marina Silva (PT-AC) ressaltou a importância de se colocar um freio no capital especulativo. afirmou que "as grandes empresas hoje sobrepõem o Estado e os políticos". Antes de finalizar seu discurso, Suplicy afirmou que o Bloco Oposição deverá também convocar outras autoridades da área de energia para prestarem explicações sobre o blecaute.

Eduardo Siqueira Campos elogia nova linha Norte-Sul

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) congratulou o presidente Fernando Henrique Cardoso pela inauguração da linha de energia elétrica que unirá o sistema de Tucuruí ao sistema Centro e que permitirá, brevemente, que o Tocantins possa "eliminar um importante estrangulamento em seu processo de desenvolvimento".

– Trata-se de um dos mais importantes eventos econômicos da história recente de nosso país e que certamente contribuirá não apenas para o desenvolvimento econômico e social do estado do Tocantins, mas, igualmente, de toda a região Centro-Oeste e da região Norte – disse.

O senador salientou a importância do "efeito propulsor" de uma oferta abundante de energia elétrica, aliado às condições já favoráveis que o Tocantins dispõe para o seu desenvolvimento sustentável. Na opinião do senador, o desenvolvimento do estado e da região Centro-Norte é fundamental para que o Brasil possa equilibrar sua economia de modo efetivo e integrado, "menos dependente das



Eduardo Siqueira Campos lembrou "efeito propulsor" de oferta abundante de energia

flutuações deletérias da economia internacional".

Eduardo Siqueira Campos falou ainda da interligação do sistema elétrico Norte-Sul, que, segundo ele, dará maior estabilidade ao fornecimento de energia elétrica no Tocantins e, futuramente, em todo o Brasil.

– Entre os muitos benefícios desse projeto, podemos destacar uma melhoria do perfil da matriz energética brasileira e a geração de aproximadamente oito mil empregos diretos.

Empréstimos externos ajudam Tocantins, diz senador

Sem recursos próprios para promover ações de desenvolvimento e credor da União em cerca de R\$ 1 bilhão – relativo a transferências constitucionais não pagas –, o estado do Tocantins procurou e obteve "três importantes financiamentos originários do Eximbank japonês", afirmou o senador Eduardo Siqueira Campos.

Ele considerou necessário fazer esse registro porque, a seu ver, as discussões em plenário por ocasião da deliberação acerca de pedido da União para realizar empréstimo junto ao The Export-Import Bank of Japan poderiam convencer um observador desavisado "de que todos os empréstimos externos são danosos aos estados e à nação, representando verdadeira ameaça à nossa soberania". Boa parte dos senadores que então se manifestaram salientaram a existência de cláusula contratual que compelia o governo brasileiro a adquirir equipamentos no país de origem do empréstimo, assinalou o senador.

Eduardo Siqueira Campos admitiu que semelhantes opera-

ções de crédito implicam um aumento da dívida externa brasileira, mas ele insistiu na necessidade de também reconhecer "a contribuição destes mecanismos de financiamento para a construção da nossa infra-estrutura básica e para a consolidação da economia brasileira".

No caso do Tocantins, três empréstimos junto ao Eximbank, com aval da União e aprovação do Congresso Nacional, financiaram a formação de patrulhas agrícolas mecanizadas (US\$ 28 milhões), a ampliação da malha rodoviária (US\$ 50 milhões) e a implementação de projetos de eletrificação rural (US\$ 70 milhões), disse. Destes, acrescentou, apenas o primeiro financiamento implicou a aquisição de equipamentos nipônicos.

Conforme apuração feita pelo senador, 90% dos empréstimos do Eximbank ao Brasil não contêm cláusula contratual de aquisição de produtos. Desse modo, informou, recursos externos fornecidos em condições favoráveis permitiram, entre outras obras, a construção do chamado "Linhão" entre Imperatriz (MA) e Serra da Mesa (GO) e a duplicação da BR-116.

Ademir quer esclarecer cisão da Eletronorte

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) apresentou na sexta-feira à Mesa do Senado requerimento solicitando a convocação do ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho Neto, para que esclareça sobre o processo de cisão e privatização do sistema Eletronorte (Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A), que terá início no dia 19 deste mês. O senador também encaminhou requerimento solicitando ao ministro informações sobre os motivos e as conseqüências da cisão e privatização da Eletronorte.

No plenário, Ademir Andrade protestou contra a divisão da Eletronorte em seis outras empresas, o que, segundo ele, trará como conseqüência a inviabilidade financeira e produtiva de todo o setor energético da região Norte, inclusive com risco de ocorrer blecaute. "Essa estratégia cumpre dois objetivos: deprimir o preço de venda das empresas a serem privatizadas e auxiliar na propaganda a favor das privatizações, ao tentar demonstrar à opinião pública que empresas públicas



Ademir Andrade protestou contra a divisão da empresa, que poderia reduzir preço a ser pago na privatização

seriam, por sua própria natureza, entidades deficitárias que somente serviriam para dar prejuízo", disse.

De todos os sistemas que fazem parte da Eletronorte, observou, somente a Hidrelétrica de Tucuruí não é deficitária. Ademir Andrade apresentou números das receitas e prejuízos dos demais sistemas e afirmou que a Eletronorte ficou inviável financeiramente devido à manutenção dos subsídios na venda da energia elétrica, especialmente às indústrias de alumínio, que consomem 40% da energia produzida na região.

A concessão dos subsídios deixou de ser paga por todas as empresas de energia elétrica, acrescentou o senador, e passou a ser bancada exclusivamente pela Eletronorte, devido às mudanças na política da União para o setor.

Um alerta sobre as conseqüências da privatização e divisão do setor, segundo Ademir Andrade, também foi feito pela Federação Nacional dos Urbanitários do Brasil. Além da possibilidade de blecautes, poderá ocorrer racionamento de energia elétrica na região, atingindo a geração de empregos.

Patrocínio pede apoio à autonomia do Timor Leste

Parlamentar faz apelo para que o Senado se incorpore ao movimento pela independência da ex-colônia portuguesa ocupada militarmente pela Indonésia desde 1975

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) fez um apelo na última sexta-feira para que o Senado Federal se engaje no movimento pela independência do Timor Leste, ilha ocupada militarmente pela Indonésia em 7 de dezembro de 1975 e que desde 1976 está formalmente anexada ao território daquele país, apesar dos protestos internacionais e da oposição formal da Organização das Nações Unidas (ONU). O Timor Leste foi descoberto por Portugal em 1586. E viveu como colônia portuguesa até 1975.

De acordo com o parlamentar, “a expressão internacional do Brasil e sua posição junto aos países lusófonos não permitem ao país ignorar a crise que atinge parte da comunidade de países de língua portuguesa”. O senador entende que “o Senado brasileiro não pode silenciar em relação à recente luta do Timor Leste para se tornar independente da Indonésia”. Ao longo desse período de ocupação, segundo estima-

tivas citadas por Patrocínio, entre 150 mil e 250 mil timorenses foram mortos pela repressão do exército indonésio ao movimento de resistência.

Em 1983, a ONU reconheceu formalmente o direito dos timorenses à autodeterminação e passou a defender a realização de um referendo para que a população pudesse decidir seu destino, observou o senador. Ele destacou a importância da concessão, em 1996, do Prêmio Nobel da Paz a dois defensores da emancipação do Timor Leste – o bispo Carlos Ximenes Belo e o jornalista José Ramos Horta – como um passo para “quebrar a omissão mundial” diante da situação.

Patrocínio destacou que a queda do ex-ditador Suharto, em maio de 1998, e o naufrágio da economia indonésia diante da crise na Ásia abriram caminho para que o país passasse a admitir a possibilidade de conceder autonomia política ao Timor Leste, mantendo sob seu



Patrocínio enfatizou a afinidade lingüística entre o Brasil e o Timor Leste ao pregar o apoio à luta do povo timorense

controle a segurança, a moeda e as relações exteriores. Os movimentos de libertação, no entanto, querem a independência, acrescentou o parlamentar.

– Depois de 23 anos de opressão brutal, a Indonésia finalmente resolveu dialogar. As reuniões tripartites, envolvendo representantes da Indonésia, de Portugal e da ONU, buscam preparar um projeto para a autonomia política da ilha.

Depois de concluir que “a situação é delicada e complexa”, o parlamen-

tar pediu ao Senado, em função dos laços lingüísticos que unem brasileiros e timorenses, para “acompanhar de perto o assunto, na expectativa de que os desdobramentos da questão da autonomia do Timor Leste possam avançar no caminho de uma solução justa, global e internacionalmente aceitável”.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS), em aparte, apoiou o pronunciamento de Carlos Patrocínio.

Hartung quer novas regras para dívidas municipais

Em oposição às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) de julho de 1998, que vedam a estados e municípios a contratação de operações de crédito para realizar investimentos, o senador Paulo Hartung (PSDB-ES) anunciou ter proposto cinco emendas à Medida Provisória nº 1.811, que estabelece critérios para o refinanciamento das dívidas dos municípios. A mais importante das emendas, no entendimento do próprio senador, exclui daquela proibição os municípios que já se adequaram administrativa e financeiramente às exigências contidas na MP.

– Além de premiar as administrações austeras, a flexibilização do crédito a municípios saneados atuaria como medida anti-recessiva, permitindo a retomada de obras de urbanização, transporte e saneamento e de programas sociais. É inaceitável a existência de recursos ociosos do FGTS e do FAT, num momento em que a taxa de desemprego bate recordes e a recessão avança – argumentou.

Definindo-se como “firme opositor” das segundas “artimanhas” de centralização dos recursos tributários promovidas pela União, Paulo Hartung disse que, com a MP, a rolagem das dívidas estaduais e municipais tem beneficiado principalmente as unidades mais ricas da Federação. Conforme dados do Banco Central citados pelo senador, no final de 1998, São Paulo e Rio de Janeiro eram responsáveis por 97% da dívida mobiliária dos municípios, que totalizava cerca de R\$ 10 bilhões.

Outra emenda à MP proposta pelo senador restabelece a prerrogativa constitucional do Senado de autorizar a realização de operações de crédito e de acompanhar, especificar limites e fiscalizar o endividamento da União, estados e municípios.

Hartung anunciou também que está estudando e logo proporrá a instituição de mecanismos que garantam o desenvolvimento de um mercado de crédito ao setor público, sem a proteção do governo federal. “A União deixaria de instituir normas de controle do endividamento das demais unidades da Federação e ficaria constitucionalmente impedida de avaliar ou assumir dívidas públicas”, antecipou.



Paulo Hartung diz que a legislação tem que “premiar as administrações austeras”

Tião Viana propõe esforço para erradicar hanseníase

O senador Tião Viana (PT-AC) propôs, em pronunciamento no plenário do Senado, que o governo federal assumira o desafio de anunciar à nação, como uma das metas nas comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil, a erradicação da hanseníase no país.

O parlamentar recordou a carga de preconceitos que acompanha os portadores dessa doença ao longo da história da humanidade e assinalou os avanços feitos para sua erradicação.

De acordo com o senador acreano, o mundo registra atualmente entre 10 e 12 milhões de hansenianos. O Brasil contabilizava 105.744 em 1996, com as regiões Norte e Centro-Oeste aparecendo como as mais afetadas. Tião Viana apontou os avanços obtidos desde 91, quando o total do contingente de hansenianos chegava a 278.692., como uma indicação clara de que “é possível atingir a meta da erradicação até o ano 2000”.

Entre as metas da Organização Mundial de Saúde (OMS), acrescentou o senador, consta o controle da hanseníase até o ano 2000, reduzindo sua incidência para um caso em cada grupo de 10 mil pessoas. Viana destacou, em relação à situação brasileira, os avanços registrados em estados como o Acre, graças a políticas públicas de saúde que



Viana: redução ocorrida entre 91 e 96 mostra que erradicação “é possível”

priorizaram o controle e a futura erradicação da doença.

Tião Viana apontou o Instituto Alfredo da Mata, do Amazonas, como um centro de referência no combate à doença e prestou homenagem ao Morhan (Movimento pela Recuperação dos Hansenianos), por sua contribuição à conscientização da sociedade contra a segregação dos seus portadores.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL), em aparte, cumprimentou o colega pelo pronunciamento e apoiou a meta proposta para as comemorações dos 500 anos do Brasil, ao mesmo tempo em que criticou o governo federal “pelo pouco que tem feito na área da saúde”.

Heloísa Helena cobra ações concretas contra a miséria

Asenadora Heloísa Helena (PT-AL) protestou contra os cortes orçamentários feitos pelo governo na área social e pediu ações urgentes para combater problemas como a fome, o desemprego e a miséria no Nordeste, particularmente em Alagoas. “Não basta fazermos discursos contra o FMI. Por que todos nós reclamamos contra os cortes de investimentos do governo federal e não fazemos nada para mudar esse quadro?”, questionou.

– Alagoas teve, em três anos consecutivos, o maior índice de mortalidade infantil. Temos também o maior índice de analfabetismo, de mais de 70%, e 60% da população do estado ganha menos de um salário mínimo. Além desses problemas, temos trabalho escravo nos canaviais e prostituição infantil. E o governo não enxerga essas vidas destruídas – disse.

Em aparte, o senador Tião Viana (PT-AC) parabenizou a senadora pelo discurso e disse que não é mais possível adiar uma solução para resolver os problemas sociais do Nordeste. “Fico chocado com as estatísticas que apontam melhora dos índices sociais no Brasil. O governo trabalha com números, mas os políticos desses estados trabalham com o sofrimento humano – afirmou Viana, que cobrou políticas sociais para o idoso, a mulher e a criança.

Bernardo Cabral (PFL-AM) também elogiou a senadora, afirmando que ela mostrou o quadro geopolítico de Alagoas, numa denúncia “que afeta o país inteiro”.

Ademir Andrade (PSB-PA) lamentou que o Brasil, embora sendo a oitava economia do mundo, tenha tantas desigualdades sociais e regionais. “É chegada a hora do povo deixar de sofrer calado. É preciso mobilizar a população”, disse.



Heloísa: FHC deve renunciar se não conseguir “enfrentar o capital internacional”

Pedro Simon (PMDB-RS) observou que o fato de Heloísa Helena ocupar a tribuna do Senado mostra que há uma evolução positiva na Casa. E completou: “É uma vergonha de nossas elites. Temos uma dívida social, pois milhões de pessoas vivem na miséria e o que nós fizemos?”.

Marina Silva (PT-AC) sugeriu que os governos de oposição se juntem para melhorar as condições de vida da população.

Eduardo Suplicy (PT-SP) solidarizou-se com Heloísa e disse que tem orgulho da bancada feminina do PT no Senado. Luiz Estevão (PMDB-DF) elogiou “o alto conteúdo social” do discurso e acrescentou: “Essas angústias do Nordeste não são diferentes no Distrito Federal, pois fora do Plano Piloto há fome e desemprego”.

Heloísa Helena encerrou o discurso dizendo que “se o presidente da República não consegue enfrentar o capital internacional, que entregue o cargo e se façam novas eleições”.

Luiz Estevão reúne-se com dirigentes da CUT-DF

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) recebeu em seu gabinete uma comissão de dirigentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT-DF), liderada pelo presidente da central, José Zunga, que veio discutir a questão da eleição direta dos diretores de escolas públicas.

No encontro, o senador reiterou a sua posição favorável à participação da comunidade na escolha dos diretores de escola, mas disse aos dirigentes sindicais que defende critérios técnicos e profissionais para a indicação do diretor:

— Não podemos politizar essas nomeações. Temos que escolher os diretores ouvindo pais, alunos, professores e funcionários, mas isso não pode se transformar em um embate do governo com

os sindicatos, ou servir de trampolim político para quem não tem competência administrativa — disse.

Luiz Estevão foi escolhido para iniciar o diálogo com o governo do DF na questão porque, segundo José Zunga, ele sempre esteve aberto ao diálogo durante o período em que exerceu o mandato de deputado distrital.

O senador recordou ao grupo que nunca foi um compromisso político do governador Joaquim Roriz apoiar a eleição dos diretores de escolas, experiência que é muito recente na rede pública do DF. “Não será por falta do meu empenho pessoal que o governo e os sindicatos deixarão de ter o melhor e mais amplo diálogo possível”, finalizou.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 — *Senado em Pauta*
7h — *Saúde Todo Dia* — Ginástica Restauradora
7h30 — *Especial Unip* — Crenças populares — 1ª parte
7h55 — *Senado em Pauta*
8h — *Saúde Todo Dia* — Hidroginástica para gestantes
8h30 — *Jornal do Senado*
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — *Cores do Brasil* — Espírito Santo
9h30 — *Entrevista* — O secretário-executivo da Câmara do Comércio Exterior, José Botafogo
9h55 — *Senado em Pauta*
10h — *Cores do Brasil* — Sergipe
10h30 — *Saúde Todo Dia* — Ginástica Restauradora
10h55 — *Senado em Pauta*
11h — *Especial Unip* — Linguagem musical — 1ª parte
11h30 — *Espaço Cultural* — Ópera *Don Giovanni*
12h30 — *Entrevista* — O secretário-executivo da Câmara do Comércio Exterior, José Botafogo
12h55 — *Senado em Pauta*
13h — *Cores do Brasil* — Diamantina
13h30 — *Cidadania* — O secretário de Segurança Pública do DF, Paulo Castelo Branco, e o professor Ivo Oscar Donner falam sobre crise social urbana
14h30 — *Sessão Plenária* (ao vivo)
18h30 — *Entrevista* — O secretário-executivo da Câmara do Comércio Exterior, José Botafogo

19h — *Cidadania* — O secretário de Segurança Pública do DF, Paulo Castelo Branco, e o professor Ivo Oscar Donner falam sobre crise social urbana
20h — *Cores do Brasil* — São Luís do Maranhão
20h30 — *Entrevista* — O secretário-executivo da Câmara do Comércio Exterior, José Botafogo
21h — *Jornal do Senado*
21h15 — *Cidadania* — O secretário de Segurança Pública do DF, Paulo Castelo Branco, e o professor Ivo Oscar Donner falam sobre crise social urbana
21h55 — *Senado em Pauta*
22h — *Sessão Plenária* (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — Agenda Senado. Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo). Em seguida — Música e informação
19h — “A Voz do Brasil”. Em seguida — Música e informação
20h30 — “Senado em Linha Direta — Edição Nordeste”. Em seguida — Música e informação
21h — “Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste”. Em seguida — Música e informação
21h30 — “Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste”. Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária (reprise). Em seguida — Música e informação

Comunicação Social mostra trabalho para gabinetes

Encontro servirá para apresentar às assessorias dos senadores trabalho realizado pela rádio, TV, agência e *Jornal do Senado*

Com o objetivo de levar aos gabinetes dos senadores uma visão atualizada dos serviços disponíveis na área de comunicação da Casa, a Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal promove, nos dias 25 e 26 de março, o seminário *A Comunicação Social no Senado e os Gabinetes Parlamentares*. O evento, destinado a assessores de imprensa e chefes de gabinetes dos senadores, será realizado na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho.

Durante o seminário, serão apresentados os serviços da área de comunicação social do Senado e as maneiras de utilizá-los. Também serão solicitadas as opiniões dos participantes sobre os serviços oferecidos e promovido um levantamento

de novas necessidades.

Atualmente o Senado dispõe de um canal direto de comunicação com a sociedade, divulgando suas atividades pela TV, rádio, agência de notícias e *Jornal do Senado*, que são os veículos responsáveis pela transmissão dessas informações. Serviços como *A Voz do Cidadão* (telefone gratuito 0800-612211 para recolhimento de críticas e sugestões) e o projeto *Visite o Senado* (visitas guiadas às dependências da Casa) também ampliam a interação com a população.

A abertura do seminário será feita pelo diretor da Secretaria de Comunicação Social, Fernando Cesar Mesquita, às 14h30 do dia 25. Logo em seguida, o diretor Helival Rios

fará uma apresentação sobre a Subsecretaria de Divulgação e Integração. Às 15h15, a diretora Marilena Chiareli falará sobre a TV, seguida pelo diretor da rádio, Silvio Hauagen Soares.

No segundo dia, o diretor da Agência Senado, José do Carmo Andrade, abrirá a série de palestras, às 9h. Depois, o diretor Flávio Mattos fará sua exposição sobre o *Jornal do Senado*. Às 9h45, o diretor Vinicius Becker falará sobre a Subsecretaria de Relações Públicas, seguido pelo diretor Marco Antonio Paes Reys, da Subsecretaria de Projetos Especiais. E, finalmente, usará a palavra o diretor da Subsecretaria Técnica de Eletrônica, Narciso Mori Júnior.

Projeto de Emília exige alerta sobre o álcool na publicidade de cerveja e vinho

Toda propaganda de cerveja ou de vinho terá de conter advertência, escrita ou falada, sobre os males que o álcool provoca à saúde e só poderá ser apresentada na televisão ou no rádio depois das 21 horas. A exigência está contida em projeto de lei apresentado pela senadora Emília Fernandes (PDT-RS) e que começa a ser discutido pelas comissões do Senado.

A legislação que trata do assunto, aprovada pelo Congresso em julho de 96, prevê as advertências apenas para as bebidas mais fortes, como destilados, os vermouths, os aperitivos e os vinhos com teor

acima de 13° (graus Gay Lussac). Além das advertências, as propagandas dessas bebidas (e de cigarros) só podem ir ao ar entre as 9 horas da noite e as 6 da manhã.

Emília afirma que as cervejas e os vinhos, por serem mais baratos, são muito acessíveis a crianças e adolescentes, e, por não serem alcançadas pela legislação atual, as propagandas de cerveja associam a bebida a desempenho esportivo, à condução de veículos e até mesmo a idéias de êxito ou sexualidade das pessoas.

A senadora sustenta, com base em especialistas, que o álcool, mesmo

ingerido em pequenas quantidades, durante os primeiros meses de uma gravidez, apresenta efeitos teratogênicos importantes. Estudos mostram que quem começa a beber antes dos 15 anos de idade tem “um risco quatro vezes maior” de se tornar alcoólatra.



Emília teme influência sobre os adolescentes

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Simon registra pesar por morte de jornalista gaúcho

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) manifestou pesar pela morte, no último dia 12 de fevereiro, do jornalista gaúcho Marcos Faerman. Segundo o senador, o jornalista foi um dos que mais se engajaram na resistência ao regime militar, tendo participado da criação de vários jornais alternativos que “nos anos mais duros denunciavam o que a grande imprensa, sob censura, não podia relatar”.

Simon lembrou que Marcos Faerman trabalhou nos jornais *Pas-*

quim, Bondinho, Ex e Versus, além de criar a revista *Singular e Plural*. Ele ainda editou publicações da comunidade judaica, como as revistas *Hebraica e Shalom*, e lecionou jornalismo na PUC de Santos e na Faculdade Cásper Libero, de São Paulo, onde criou o jornal-laboratório *Esquinas*.

O senador revelou ainda que o jornalista atuou como administrador cultural quando trabalhou para o Sesc e dirigiu o Departamento do Patrimônio Histórico da

Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, entre 1993 e 1995:

— Para traçar um rápido perfil deste grande jornalista, uso como minhas as palavras escritas por Cláudio Willer em *Zero Hora*: “Marcão foi o inimigo da burocratização do jornalismo, da edição segundo fórmulas e modelos”, resumiu o senador Pedro Simon.



Simon disse que o jornalista era inimigo da burocratização

Suplicy defende sorteio para indicação dos relatores

Projeto de resolução do senador paulista modifica sistema pelo qual o presidente de comissão tem o poder de escolha

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou projeto de resolução instituindo a realização de sorteio entre os membros das comissões permanentes para definir qual a sequência de senadores que assumirão a tarefa de elaborar os relatórios sobre as matérias em tramitação na Casa.

A proposta implica alteração do Regimento Interno do Senado Federal, que atribui aos presidentes das comissões a competência de indicar os relatores e, na opinião do senador, "não assegura uma participação equânime dos membros das comissões nos trabalhos de relatoria".

Além disso, segundo Suplicy, o critério da indicação pessoal tem resultado na concentração de muitas pro-



Suplicy: atual sistemática seria uma das causas da lentidão da tramitação dos projetos

posições nas mãos de poucos e determinados membros das comissões, privilegiados com relatorias

"envolvendo temas polêmicos ou de interesses econômicos".

Para Eduardo Suplicy, a atual sistemática de indicação pessoal também seria uma das causas da lentidão do processo de análise das matérias em tramitação.

Na justificativa de sua proposta, o senador a defende como pautada pelo princípio democrático e transparente de evitar "monopólios" e garantir a participação plena de todos os senadores nos trabalhos das comissões.

A forma do sorteio, "a exemplo do que ocorre no Supremo Tribunal Federal, irá assegurar a participação de todos os membros no processo de relatoria", observou.

Senador propõe que plenário vote os requerimentos de informações sigilosas

Projeto de resolução apresentado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) determina que os requerimentos de informações sigilosas sejam aprovados pelo plenário do Senado. O senador argumenta que vários requerimentos desse tipo não são respondidos pelo Poder Executivo sob a alegação de que as informações solicitadas são protegidas pelo sigilo bancário e fiscal.

O parlamentar quer, com o projeto, adequar o Regimento Interno

a projeto de lei recentemente aprovado pelo Senado, que prevê a transferência do sigilo relativo a operações financeiras ao Congresso Nacional, "quando a solicitação for aprovada pelo plenário da Câmara ou do Senado".

A proposição pretende alterar o Regimento Interno, acrescentando dois parágrafos a seu artigo 216. Suplicy argumenta que a recusa à prestação das informações pedidas representa um "óbice ao desempe-

nho das funções fiscalizadoras" da Casa.

As normas em vigor prevêm que os requerimentos serão despachados à Mesa do Senado para decisão e, se aprovados, encaminhados ao ministro de Estado competente. Caso seja aprovado o projeto de Suplicy, os requerimentos sobre informações consideradas sigilosas terão de ser encaminhados obrigatoriamente ao plenário para decisão.

Patrocínio deseja criar mais duas escolas técnicas no Tocantins

A existência de apenas uma escola profissionalizante no Tocantins constitui uma "aberração", na opinião do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), já que o estado registra "significativo crescimento populacional e de atividades econômicas sociais e administrativas". Por isso, o senador apresentou projetos de lei autorizando o governo federal a criar escolas técnicas em Miracema do Tocantins, capital provisória do estado entre 1989 e 1990, e em Muricilândia.

Patrocínio identifica a carência de formação em nível médio nas seguintes áreas: administração, eletrô-

nica, eletricidade, construção civil, telecomunicações, mineração e computação, entre outras:

– Os jovens, desejosos de seguir uma carreira técnica, são obrigados a migrar para outros estados. Como a maioria não pode fazê-lo, abandona a escola ou ingressa no segundo grau regular, com vistas à preparação para a universidade, onde poucos, contudo, logram chegar – avaliou Patrocínio.

Os municípios tocantinenses escolhidos pelo senador estão, na sua análise, localizados estrategicamente, próximos à Zona de Processamento de Exportação de Araguaína,



Patrocínio revela que jovens deixam Tocantins porque não têm oportunidade de estudar

que poderá aproveitar a mão-de-obra especializada saída das escolas técnicas.

Fundo do DF não incluirá despesas com segurança

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) apresentou emenda a projeto de lei complementar de sua autoria estabelecendo que o Fundo Constitucional de Financiamento do Distrito Federal terá como objetivo exclusivo financiar a execução dos serviços públicos de responsabilidade do Distrito Federal, excluindo a área de segurança pública.

O projeto original do senador, que regulamenta a criação do Fundo Constitucional, incluía, como destinatário dos recursos arrecadados, o custeio das atividades das polícias Civil e Militar, e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

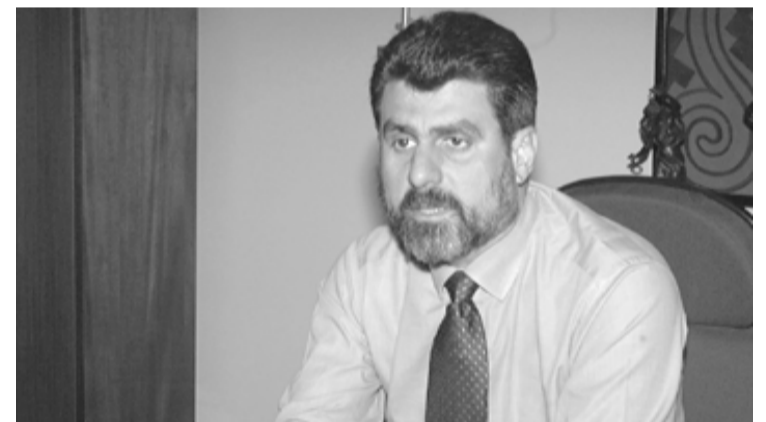
Na justificativa, Luiz Estevão afirma que as despesas relacionadas com tais atividades são devidas pela União "por meio de repasses diretos, sem participação no Fundo Constitucional, que trata apenas da assistência financeira aos serviços públicos, conforme está estabeleci-



Luiz Estevão lembrou que custeio da segurança já está previsto pela Constituição federal

do na Carta Magna", afirma.

A instituição do Fundo Constitucional está prevista no artigo 21 da Constituição, com redação dada pela Emenda Constitucional nº19. Pela proposta do senador Luiz Estevão, o fundo será beneficiado com 3% do produto da arrecadação tributária da União.



Romero Jucá culpa as empreiteiras, especialmente asiáticas, pelo enorme desmatamento registrado na Amazônia

Jucá pretende proibir a exportação de madeira

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) apresentou projeto que proíbe a exportação de madeira em tora, em prancha ou não acabada, extraída da Amazônia Legal, fixando prazo para redução gradual da madeira exportada, segundo um critério de porcentagem, durante cinco anos. A proposta dispõe também sobre punições como multas previstas na lei pertinente, "sem prejuízo de ação penal e da apreensão da madeira".

Romero Jucá considera que os níveis de desmatamento já atingiram patamares insustentáveis e aponta madeireiras, principalmente asiáticas, como responsáveis pela destruição da floresta amazônica. A seu ver, a vulnerabilidade do poder público

para combater tais ações é um fato preocupante, que requer legislação apropriada.

No caso de aprovação do projeto, os percentuais autorizados de exportação de madeira até o prazo de cinco anos obedecerão à seguinte ordem: no primeiro ano o explorador poderá exportar a mesma quantidade referente ao ano anterior; no segundo, 70%; no terceiro ano 40%; no quarto 10%; e no quinto ano, a proibição será total.

A matéria está sendo apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e depois será examinada em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).